

## ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A 15ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Auditório sala  
2 1108, à Rua Carlos Chagas, 55, 11º andar, às 14:30 horas do dia 08 de abril de 2003.  
3 Compareceram os seguintes integrantes: José Alberto Wenzel, Presidente; Frederico Cantori  
4 Antunes, Vice-Presidente; Rogério Dewes, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos  
5 da SEMA; Wilson Ghignatti, da Secretaria dos Transportes, Margareth Vasatta Macchi  
6 Silva, da Secretaria da Coordenação e Planejamento, Luiz Carlos Leal, da Secretaria da  
7 Saúde, Marta Hermínia Marchiore Dias, da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos  
8 Internacionais, Júlio César Azevedo Magalhães, da Secretaria de Energia, Minas e  
9 Comunicações, Kalil Sehbe Neto e Evandro Reichenbach, da Secretaria da Ciência e  
10 Tecnologia, Adilson Troca, da Secretaria Especial para Assuntos da Casa Civil, Nanci  
11 Begnini Giugno, do Comitê Lago Guaíba; Milton Haack, do Comitê Tramandaí; Renato  
12 Taiffke Zenker, do Comitê Camaquã, Eldo Costa e João Francisco Giuliani, do Comitê Santa  
13 Maria; Sérgio Cardoso, do Comitê Gravataí; Fernando Bernál, do Comitê Baixo Jacuí e Ivo  
14 Mello, do Comitê Ibicuí. A reunião teve início com a manifestação do Presidente, Secretário  
15 do Meio Ambiente, que agradeceu a presença de todos e, após verificação de quórum,  
16 colocou em apreciação a Ata da 14ª Reunião Ordinária, que foi aprovada integralmente.  
17 Imediatamente passou-se para a apresentação dos Conselheiros, onde o Presidente fez  
18 menção à presença de seu Vice-Presidente, Frederico Cantori Antunes, Secretário de Obras  
19 Públicas e Saneamento, e da justificativa de ausência do representante do Sistema Nacional  
20 de Recursos Hídricos, Júlio Thadeu Silva Kettelhut. Em seqüência o Presidente do CRH  
21 colocou as ações previstas para a Secretaria do Meio Ambiente, destacando o processo de  
22 articulação dos órgãos internos (DEFAP e DRH), as entidades vinculadas (Fundação  
23 Zoobotânica e FEPAM) e os programas Pró-Guaíba e Pró-Mar-de-Dentro. Falou também da  
24 integração dos licenciamentos ambientais e a outorga de uso da água, integrando o Sistema  
25 Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Ambiental e o Sistema de Unidades de  
26 Conservação. Definiu como prioridades da SEMA a continuidade da implantação do Sistema  
27 Estadual de Recursos Hídricos e a articulação com as demais Secretarias de Estado para  
28 inserí-las no processo de gestão ambiental. Como diretrizes políticas do Sistema Estadual de  
29 Recursos Hídricos, definiu privilegiar as ações do Conselho de Recursos Hídricos, reforçar o  
30 papel dos Comitês como órgãos de interlocução com a SEMA e a implantação dos  
31 instrumentos de gestão de recursos hídricos: planos de bacia, outorga de uso da água e  
32 monitoramento hidrológico. O Presidente do Conselho apresentou como responsáveis diretos  
33 pela implementação das políticas de gestão o Eng. Paulo Renato Paim, Secretário Executivo  
34 do Conselho e o Geól. Rogério Dewes, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos. Em  
35 seqüência passou-se à apreciação do item 4 da pauta, que trata da indicação do Secretário  
36 Executivo e Secretário Executivo Adjunto do Fundo de Investimento em Recursos Hídricos.  
37 Os nomes lançados para apreciação foram os de Rogério Dewes para Secretário Executivo  
38 do FRH e Márcia Cidade, economista, para Secretário Executivo Adjunto. Rogério Dewes  
39 leu os artigos da Lei de criação do Fundo de Investimento em Recursos Hídricos e do  
40 Decreto de regulamentação que definem as atribuições do Secretário Executivo do Fundo e  
41 do Secretário Executivo Adjunto. O Vice-Presidente do CRH manifestou-se favorável ao  
42 nome proposto para Secretário Executivo, sugerindo porém, o nome de Mariângela Correia

43 Laydner, da Secretaria de Obras Públicas para Secretário Executivo Adjunto. O Conselheiro  
44 Milton Haack questiona quanto à operacionalidade, em função da burocracia, pois eles são  
45 de secretarias diferentes. O Conselheiro Sérgio Cardoso, para reforçar a questão, coloca que  
46 cabe ao Conselho decidir com bom senso aquilo que seja melhor, e opta pela primeira opção.  
47 Rogério Dewes diz que a segunda proposta é viável, não vendo problemas para  
48 operacionalizar as ações do Fundo aprovadas pelo Conselho de Recursos Hídricos. O  
49 Conselheiro João Francisco Giuliani diz que o FRH nunca esteve disponível para o Sistema  
50 de Recursos Hídricos e pergunta qual a posição do governo sobre o FRH. O Presidente diz  
51 que existe a possibilidade de que os Fundos voltem para os sistemas de origem. Sem mais  
52 observações, coloca em votação a segunda proposta, ou seja, Rogério Dewes como  
53 Secretário Executivo e Mariângela Correia Laydner como Secretária Executiva Adjunta do  
54 Fundo de Investimento em Recursos Hídricos, que foi aprovada com 12 (doze) votos  
55 favoráveis e 1 (uma) abstenção. O Presidente dá continuidade à reunião, passando para o  
56 Item 5 – Plano Estadual de Recursos Hídricos, e solicita que o Secretário Executivo do CRH  
57 exponha as diretrizes gerais do Plano Estadual de Recursos Hídricos. O Secretário Executivo  
58 coloca que o Plano Estadual de Recursos Hídricos é previsto nos artigos 22, 23, 24 e 25 da  
59 Lei nº 10.350/94. A proposta inicial do Plano prevê a sua elaboração em três capítulos: O  
60 Capítulo 1 irá focar a situação atual dos recursos hídricos de domínio do Estado, incluindo  
61 um relatório anual da situação dos recursos hídricos, a seleção de variáveis a serem  
62 acompanhadas e monitoradas e o desenvolvimento de um modelo de acompanhamento com  
63 atualização anual. O capítulo 2 constitui-se no estabelecimento de diretrizes gerais,  
64 abordando as diferentes instâncias do Sistema, tais como, os Comitês de Bacia, os planos de  
65 bacia, a outorga de uso e a tarifação pelo uso da água e o sistema de informações. O capítulo  
66 3 constitui-se de propostas e cronograma de implantação das ações e do próprio sistema com  
67 conteúdos referentes a estudos técnicos, instrumentos de gestão e o equacionamento das  
68 questões institucionais. O prazo previsto para a realização do primeiro plano é de um ano. O  
69 Conselheiro Milton Haack diz que o Estado tem que fazer parte do Sistema Estadual de  
70 Recursos Hídricos e cobra a indicação dos representantes do Estado nos Comitês. O Vice-  
71 Presidente coloca que há dois destaques na ata da reunião anterior CRH: na linha 114 , sobre  
72 o FRH – o que temos de recursos à disposição? Como será efetuado o fluxo financeiro do  
73 Fundo? E pede que seja registrado em ata, a necessidade da definição de onde serão  
74 investidos os recursos. O Conselheiro Adilson Troca diz que este papel é da coordenação  
75 orçamentária e que tem orientação de liberar os recursos, mas que não existe dinheiro para  
76 repor os recursos já recebidos e incorporados ao Caixa Único do Estado. O Vice-Presidente  
77 coloca que a nossa atuação é representar o Estado e que somos um braço do Estado. Solicita  
78 registrar em ata que vinte e quatro milhões de reais não foram liberados para o FRH. O  
79 Conselheiro Kalil Sehbe Neto coloca a importância do CRH, que vem para somar e diz que  
80 existe um projeto da Rede Hidro que tem integração com ensino superior, e busca parcerias e  
81 dispõe para trabalhos nesta área. O Presidente lamenta ter que ausentar-se, pois foi  
82 convocado pelo Governador para uma reunião na Assembléia Legislativa sobre transgênicos,  
83 assumindo a presidência da reunião o Vice-Presidente. O Conselheiro Eldo Costa diz que  
84 deve se definir ações no sentido de esclarecer o papel dos comitês, uma vez que há  
85 desconhecimento, por parte de alguns, de que comitê é um órgão de governo. O Presidente  
86 solicita que antes de encerrar o item 5, se apresentem os demais comitês (ouvintes): Pardo,  
87 Lago Guaíba e Tramandaí. O Presidente passa para o item 6 – Agências de Região  
88 Hidrográfica. O Diretor do DRH, Rogério Dewes expõe a necessidade de que o Anteprojeto  
89 de Lei de criação de Agências de Região Hidrográfica seja objeto de uma análise de  
90 viabilidade técnica e econômica, uma vez que sem isso, corre-se o risco de que o  
91 Anteprojeto sequer seja encaminhado à Assembléia, uma vez que irá sofrer questionamentos

92 dentro do próprio Governo que, na situação atual, não poderão ser respondidos. A  
93 Conselheira Nanci Giugno concorda com a necessidade do estudo e manifesta preocupações  
94 quanto ao prazo ainda necessário para a efetiva criação das Agências. O Diretor do DRH  
95 manifesta que a intenção é justamente reduzir o prazo para a criação das Agências, que será  
96 maior se o Anteprojeto de Lei for encaminhado ao Executivo na forma como está. O  
97 Conselheiro Milton Haack diz que dentro da linha da Conselheira Nanci, se preocupa com  
98 prazos, pois o DRH não tem condições de suprir as necessidades técnicas do Sistema.  
99 Salienta que deve-se definir qual a estratégia que será usada, que deve ser ampla, com prazos  
100 e objetivos, e o que fazer enquanto as Agências não surgem. O Conselheiro Sérgio Cardoso  
101 segue a mesma linha e diz que a discussão sobre ARH tem que retornar com cronograma e  
102 há dois interesses: a parceria dos comitês e interesse político do Estado em levar a discussão  
103 para a sociedade. O Conselheiro Ivo Mello diz que foi voto vencido no Fórum e quanto à  
104 composição, há uma preocupação em quem vai pagar a conta e de onde vai sair o dinheiro,  
105 pois tem lugares que precisam prioridade e outros vão apoiar, mas qual o tipo de taxação? O  
106 Diretor do DRH, Rogério Dewes diz que não se trata de parar o processo e reavaliar o que  
107 foi feito. É acelerar o processo, fundamentar a proposta. O Conselheiro Eldo Costa diz que  
108 a ARH isolada não evolui muito, que as duas coisas andam juntas a passos firmes e lentos. O  
109 Conselheiro João Francisco Giuliani diz que ARH não é para todos os comitês, pois não se  
110 sabe quais os rios e quanta água se retira dos rios, ou seja, é necessário levantamento  
111 complementar de dados. O Presidente passa para o item 7 da pauta – Assuntos Gerais. O  
112 Conselheiro Milton Haack fala da participação dos representantes do Estado nos comitês,  
113 que é de 20%, salientando que a participação não é efetiva, trazendo problemas para o  
114 quórum das reuniões e que isto mostra que o Estado não se empenha em participar dos  
115 Comitês. Salienta que o Plano da Bacia do Rio Tramandaí já foi licitado e que aguarda a  
116 assinatura de contrato para a sua execução, solicitando empenho para que o plano seja  
117 efetivamente executado. O Presidente diz que no Ano Internacional da Água temos  
118 obrigação de nos preocuparmos com o futuro, incluindo os cuidados com as bacias, os  
119 planos de saneamento e uso e qualidade da água que está sendo usada. Manifesta  
120 preocupações quanto a estes aspectos e reforça sua posição fazendo leitura do art. 3º da Lei  
121 nº 8.850/89 que criou o Fundo de Investimento em Recursos Hídricos, o qual define a  
122 aplicação dos recursos do Fundo. Submete à apreciação do Plenário uma proposta de  
123 destinação de parte dos recursos do FRH para serem aplicados em saneamento, estudos e  
124 obras de irrigação e controle de cheias. O Conselheiro Luiz Carlos Leal concorda com a  
125 sugestão, salientando que existe o PROSAN – Programa de Saneamento – e gostaria de ver a  
126 discussão de parte dos recursos do FRH serem destinados para obras, tanto para SOPS como  
127 para Saúde. O Conselheiro Sérgio Cardoso diz que é um assunto importante, uma vez que o  
128 recurso é escasso e como tal deveria ser assunto de pauta específica e que não se deve  
129 disputar dinheiro, mas sim políticas de aplicação. O Diretor do DRH, Rogério Dewes  
130 informa que existe resolução do Conselho para definir a aplicação de recursos e que quando  
131 da elaboração do orçamento de 2003, isto não foi feito. Quanto ao orçamento, é fundamental  
132 que se discuta a aplicação dos recursos do ano de 2003 e que os recursos para serem  
133 aplicados em 2004 serão objeto de reunião específica do Conselho, a ser realizada  
134 previamente à elaboração da proposta orçamentária de 2004. O Conselheiro João Francisco  
135 Giuliani diz que parece que o governo atual não admite reaver o dinheiro já existente no  
136 Fundo que, por lei deveria ser aplicado no Sistema Estadual de Recursos Hídricos e que foi  
137 direcionado para outras aplicações. Salienta que é necessário que sejam responsabilizados os  
138 dirigentes que permitiram que isto acontecesse. O Presidente Frederico Antunes diz que  
139 existem 24 milhões, e que existem dificuldades para fazê-los retornar ao FRH, mas que faz  
140 questão de que seja registrado em ata a sua colocação de que os recursos não foram

141 aplicados onde deveriam ter sido. O Conselheiro Renato Taiffke Zenker levanta a questão do  
142 Arroio Velhaco que está há anos sendo objeto de ações irregulares por parte de alguns  
143 agricultores. Apresentou um dos integrantes da APUAVA que relata a necessidade de serem  
144 realizadas imediatamente ações para regularizar o uso da água na bacia. O Presidente  
145 informa que a Secretaria das Obras Públicas e Saneamento pretende desenvolver projeto  
146 específico na bacia do Arroio Velhaco ainda este ano, já dispondo de parte dos recursos  
147 necessários oriundos de convênio com o Ministério de Integração Nacional e que a contra-  
148 partida do Estado depende da alocação de recursos do FRH no projeto. O Conselheiro Eldo  
149 Costa volta ao assunto do FRH, dizendo que tem preocupações em relação a todas as  
150 Secretarias que pretendem utilizar recursos do Fundo, que já é pouco. O Presidente diz que  
151 todas as Secretarias estão interligadas, que os recursos do FRH são de várias origens. O  
152 Secretário Executivo Paulo Renato Paim fala das precauções necessárias para evitar a  
153 retaliação dos recursos do FRH e lembra que deve-se priorizar o gerenciamento de recursos  
154 hídricos, compatibilizando as várias ações pretendidas nas diversas Secretarias com a  
155 política de recursos hídricos. O Presidente coloca que saneamento começa com obras, que  
156 está tentando colocar ordem nas coisas, que o que quer propor, interpretando a legislação, é  
157 que uma parte do que vai ser arrecadado pelo FRH, seja destinado para o saneamento, com  
158 acompanhamento do CRH e dos comitês existentes. Lança a proposta, diz que há  
159 possibilidade, sugere reunião extraordinária para discutir, o que pode ou não ser usado. O  
160 Diretor do DRH, Rogério Dewes explica que os únicos recursos do FRH que não são  
161 vinculados são aqueles oriundos da Compensação Financeira pelo uso da Água para Geração  
162 de Energia e que todas as Secretarias que integram o Sistema Estadual de Recursos Hídricos  
163 podem buscar recursos em outras fontes e utilizar o Fundo como contra-partida, desde que  
164 isso seja decidido pelo Conselho de Recursos Hídricos. O Conselheiro Eldo Costa fala dos  
165 irrigantes, da viabilidade das Agências, do projeto piloto na Bacia do Rio Santa Maria para o  
166 licenciamento ambiental por micro-bacias, que foi encaminhado à FEPAM para apreciação.  
167 O Presidente Frederico Antunes discorre sobre o Fórum Mundial de Águas a ser realizado no  
168 Rio Grande do Sul e destaca a importância deste evento. Por deliberação do plenário foi  
169 definido que será convocada uma reunião específica do CRH para deliberar sobre a  
170 aplicação dos recursos do FRH referentes ao ano de 2003. Nada mais havendo a tratar o  
171 Presidente encerrou a reunião, tendo eu, Paulo Renato Paim, Secretário Executivo do  
172 Conselho de Recursos Hídricos, lavrado a presente ata, que vai assinada por mim e pelos  
173 presentes à reunião.